



## **HERANÇA DA CATAÇÃO: um estudo sobre famílias de catadores de resíduos sólidos de Caxias do Sul/RS**

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i63.17671



**Ana Maria Paim Camardelo**

Universidade de Caxias do Sul - UCS - Brasil

**Lucas Knerek de Bitencourt**

Universidade de Caxias do Sul - UCS - Brasil



### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é identificar possíveis expressões de reprodução das relações capitalistas nas famílias de catadores de materiais recicláveis. Para sua realização, foram analisadas entrevistas semiestruturadas com treze catadores associados do município de Caxias do Sul/RS. Seus resultados indicam que a dinâmica da família dos catadores é condicionada pelo trabalho que essa desempenha, devido à morfologia da população sofrer pressões para adequar-se ao movimento do capital. No caso dos catadores, é a catação, enquanto trabalho precário, que tece a conexão entre a geração passada, a presente e a futura, sendo primeiramente como herança e depois como negação. Evidenciou-se que grande parte dos catadores das gerações passadas iniciou na catação junto de seus familiares quando ainda eram crianças, configurando trabalho infantil. Para com as gerações futuras, predominou-se a intenção de romper com a catação tida como herança, evidenciando não só um descontentamento com o trabalho, mas o desejo de superação da catação por parte dos descendentes.

**Palavras-chave:** Família. Catadores. Trabalho Infantil.

## 1. Introdução

Família é uma designação que não pode ser entendida como unívoca: refere-se a diferentes formas de ser e não é passível de definições generalistas, mas sim de descrições orientadas por alguns princípios que podem levar à sua compreensão. É uma instituição mutável, que adquire diferentes dinâmicas, configurações e estruturas mediante períodos históricos, variações geográficas e fatores sociopolíticos, religiosos, econômicos e culturais, principalmente no capitalismo. Grupos, tribos, coletivos e famílias são responsáveis pela produção e reprodução da vida, tendo em vista que esta não possa existir isoladamente – se esta afirmação indica que a família é uma categoria natural à humanidade, o mesmo não se pode dizer a respeito da sua função ideológica e dos seus valores morais e éticos, que, no capitalismo, adquirem uma nova roupagem, e da sua naturalização enquanto principal instituição social. As famílias de catadores de resíduos sólidos urbanos, objeto central deste trabalho, expressam tanto a oposição ao conceito tradicional e burguês de família como a historicidade fundante do trabalho dessas pessoas, o qual modula a dinâmica familiar.

A temática, contudo, exige expor alguns referenciais utilizados por autores que se debruçam sobre a categoria família. O parentesco é um dos indicadores geralmente utilizados, como explicado por Osório (1996). É uma ligação entre familiares baseada no vínculo pelo casamento, pela geração de filhos ou por ancestrais comuns e apresenta-se na forma de três relações pessoais, sendo elas a aliança, entre casais; a filiação, entre pais, mães e filhos; e a consanguinidade entre irmãos. Dos formatos básicos de famílias apresentados pelo autor, identifica-se a família nuclear ou conjugal, formada por pai, mãe e filhos; a família extensa, constituída por membros com qualquer vínculo de parentesco; e a abrangente, que inclui pessoas sem vínculo de parentesco, mas que convivem umas com as outras por outros vetores de agregação.

Um dos referenciais utilizados por Szymanski (2002) para compreender a família é o vínculo afetivo mantido por pessoas que escolhem viver entre si e cuidar-se mutuamente. Para a autora, é dentro dessa associação de familiares que vivenciam o mesmo cotidiano que se orchestra um projeto de vida compartilhado por todos, a partir do qual os costumes e as tradições familiares são transmitidos, criam-se planos e acolhem-se uns aos outros. A escolha de associação entre familiares pelo vínculo afetivo, no entanto, representa apenas uma das possibilidades de organização, e, nesta, os vínculos entre as pessoas estão fortalecidos e são mantidos.

Em casos em que tais vínculos se perderam ou nunca existiram, como explica Gueiros (2002), a organização da família está para além de escolhas pessoais e se estrutura mediante circunstâncias de vida que podem implicar relações conflitantes para os sujeitos, podendo inseri-los em situações de fragilidade psicossocial e isolamento. Já Sarti (2010) parte do discurso da família enquanto símbolo para compreendê-la a partir da história de cada uma, sem prescindir da realidade, mas considerando a maneira como a história da família é construída e reproduzida dentro de uma determinada cultura e tempo histórico, fundada em condições objetivas e subjetivas e referenciais sociais que as famílias acessam para a construção da sua própria história.

Por mais que a categoria família não seja passível de definições restritas e normativas, alguns referenciais, como os já citados, devem existir quando se estuda a unidade nativa da sociedade. Caso contrário, encontra-se uma categoria amorfa – ou qualquer relação social em que se nutrem sentimentos de afeto e vínculo pode vir a ser uma família, ou se vê a superação da família enquanto instituição, o que vem sendo promovido pela perspectiva pós-moderna. Ao defender-se as diversidades dos tipos de família, é preciso recuperar a historicidade da categoria, caso contrário pode-se resultar em análises fenomênicas sobre família. O ponto central nessa discussão, portanto, está em identificar que os variados tipos de famílias, incluindo as descritas recentemente, estão situados na reprodução da sociedade burguesa.

Sendo assim, a compreensão sobre família, especialmente sobre a família em uma situação de vulnerabilidade social, deve iniciar na compreensão das condições materiais que a originaram, da forma como os antepassados permitiram a continuidade da sua linhagem e de como a geração viva reproduz socialmente seu núcleo familiar. Na obra de Marx e Engels (2007), é possível encontrar uma citação à família que critica a percepção dessa categoria partindo dos conceitos sobre ela existentes em detrimento de dados empíricos. Ora, é evidente que, para conhecer as relações que constituem a categoria família, é preciso conhecer, antes, a forma como esta cria e assegura, dentro das possibilidades acessíveis, o necessário para a continuidade da vida dos seus membros.

Classe social, determinantes sociais e historicidade, importantes categorias para o entendimento das condições materiais de sobrevivência das famílias, são abordados por alguns autores que analisaram a família, como Guimarães (1998), Szymanski (2002) e Durham (1980). Compreender a classe social à qual pertencem as famílias analisadas possibilita apreender a definição das relações interpessoais, tendo em vista a singularidade de cada membro e quais são seus determinantes de classe. Quando a família

é inserida em condições de privação de direitos fundamentais, por exemplo, a estrutura familiar atua antes para a sobrevivência do que para as funções familiares tipicamente apontadas como naturais. A família, dessa forma, mobiliza-se para a busca coletiva de soluções e remediações de problemas que impedem a reprodução social de seus integrantes, como unidade de acúmulo de rendimentos e consumo comum dos membros.

Quanto aos catadores, estes são trabalhadores com baixa escolaridade e habilidades comuns facilmente encontradas entre o contingente de desempregados brasileiros. A maior parte deles encontra-se em uma situação de vulnerabilidade social tamanha que, diante do quadro de desemprego, se submetem à coleta de resíduos sólidos urbanos, um trabalho precário, geralmente desempenhado sem equipamentos de proteção individual, exaurível e distante de direitos trabalhistas, que passa a ser a garantia de uma renda mínima. Essas características descrevem tanto a catação informal, desempenhada pelos catadores nas ruas ao recolher os resíduos e carregá-los em carrocerias, quanto os catadores associados, que se organizam em núcleos de seleção de materiais, onde já recebem os resíduos e trabalham com eles, triando-os e expedindo-os para a venda.

A precariedade do trabalho vivenciada pelos catadores não é uma característica somente do seu trabalho, é um processo histórico-social em que o trabalhador perde os vínculos sociais com a produção do capital (ALVES, 2013) e vive a insegurança, a privação material, a baixa remuneração e o desamparo estatal dos trabalhos com contratos atípicos. São os trabalhadores para os quais se cria um lugar no mundo constituído pela negação de direitos e de bens materiais, inacessibilidade a conhecimentos pertinentes à totalidade na qual estão inseridos e ausência de poder; mas também estratégias de sobrevivência, revolta e crítica (YAZBEK, 2016). No caso dos catadores, serve de exemplo da precariedade estrutural do seu trabalho desde a necessidade do catador autônomo de catar determinada quantidade de materiais para a venda ao atravessador até o acordo de metas de triagem de materiais dentro de uma associação para atingir um certo valor de venda, a fim de garantir uma partilha mínima entre todos os trabalhadores.

Entre as duas modalidades da catação aqui abordadas, tanto dentre aqueles que coletam pelas ruas quanto os associados que recebem os materiais pela coleta seletiva municipal, é comum encontrar casos em que se armazenam os materiais no espaço disponível em suas próprias residências, habitadas por suas famílias, até que se obtenha uma quantidade significativa para a expedição e venda dos materiais triados. Muitas associações de catadores iniciam dessa forma, e algumas permanecem em funcionamento junto à moradia dos catadores que lideram a associação. Assim, o ambiente habitacional

dessas famílias torna-se um espaço de trabalho, e todos que nele vivem se relacionam, de alguma forma, com os processos de trabalho dos catadores. Tendo isso em vista, este artigo pretende identificar os traços mais notáveis relacionados à catação que condicionam, de alguma forma, a dinâmica das famílias de treze catadores do município de Caxias do Sul/RS.

## 2. Metodologia

O trabalho apresentado neste artigo parte da pesquisa “Catadores de Resíduos: de papeleiros a protetores ambientais”, com financiamento pelo CNPq (Edital 01/2016), para o qual foram realizadas entrevistas com catadores de resíduos sólidos urbanos de Caxias do Sul associados, no período de 2019 e 2020. A pesquisa social na qual se pauta o projeto é baseada na utilização do método científico para criação de conhecimentos sobre a realidade social (GIL, 2008). Os catadores representam apenas um recorte da realidade de trabalhadores inseridos em condições precárias de trabalho, portanto, por se tratar de um grupo específico e merecer um conhecimento profundo para a compreensão do seu movimento, a pesquisa qualitativa mostra-se a mais indicada, tendo em vista a impossibilidade de quantificar um universo muito particular que não pode ser desvelado por variáveis (MINAYO, 2002), mas sim por sucessivas aproximações ao objeto de estudo.

O principal instrumento para o desenvolvimento desta pesquisa foi a entrevista, designada por Gil (2008) como uma troca de informações assimétricas na qual um sujeito detém informações do interesse do pesquisador. A assimetria da relação se deve ao fato de que é preciso contar, primeiramente, com a boa vontade do entrevistado em aceitar participar e, também, ao acordo tácito aceito pelo pesquisador de acompanhar o entrevistado mesmo que a exposição das informações que detém fuja do roteiro pré-determinado da entrevista (ANGROSINO, 2011).

As fontes de informações foram treze catadores de resíduos sólidos urbanos associados de Caxias do Sul, no período de 2019-2020. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas nas próprias associações para evitar a necessidade de locomoção dos entrevistados e da saída do local de trabalho, considerando que as entrevistas duraram em média uma hora e foram feitas em horário comercial. Além disso, a opção pela realização do instrumento metodológico *in loco*, com o deslocamento dos pesquisadores para o campo, deve-se tanto para preservar o conforto dos entrevistados quanto para

inserir o pesquisador na realidade do cotidiano das pessoas que busca conhecer. Após a transcrição e cuidadosa leitura do material, os dados foram interpretados mediante a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), e elaboraram-se três categorias: transgeracionalidade do trabalho; inserção na catação; e trabalho infantil. Foi realizada, então, a articulação sistemática dos dados constituintes de cada categoria com o referencial teórico, para que fosse possível compreender e destacar os principais traços condicionantes pertinentes à catação na dinâmica das famílias dos catadores.

O projeto do qual deriva esta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul mediante o parecer de número 2.449.361. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por livre e espontânea vontade, após serem informados sobre a pesquisa e assegurados quanto ao sigilo. Os nomes dos catadores foram substituídos por nomes fictícios para preservação de suas identidades, bem como outras informações pessoais. Os participantes foram orientados sobre a possibilidade de interrupção da entrevista caso houvesse desconforto na resposta e também o direito de não responder a qualquer pergunta.

### **3. Resultados e Discussão**

Ao analisar a família dentro da sociedade capitalista, Durham (1980) reconhece que boa parte da reflexão realizada até então sobre o fenômeno partia da concepção de que o desenvolvimento capitalista industrial suscitou a destruição da família enquanto unidade de trabalho produtivo, visto que a figura do trabalhador livre enquanto força de trabalho individual supõe o rompimento com a família produtora e as relações econômicas tipicamente camponesas. O núcleo familiar, nessa perspectiva, é considerado somente como unidade de reprodução da força de trabalho. Outra concepção conservadora sobre a família, segundo Horst (2018), parte da ideal função da família de transmitir valores e tradição, como se a conservação da família fosse o pilar da conservação da sociedade e de sua organização harmônica.

Durham (1980), contrária a esta perspectiva, considera a teoria da reprodução social para compreender a família. Segundo a autora, sob a hegemonia do capital, a família articula-se para duas atribuições fundamentais: a produção doméstica de valores de uso e a venda da força de trabalho. A criação de valor dentro do espaço doméstico refere-se às atividades relativas à reprodução social que garantem a “reprodução da força de trabalho consumida no processo produtivo” (DURHAM, 1980, p. 204). Essas

atividades criam um valor de uso no momento em que sua realização, previamente e idealmente objetivada, responde a uma necessidade. Dessa forma, a família também é uma unidade valorativa.

De modo semelhante, Bhattacharya (2017), ao analisar o gênero sob a perspectiva da teoria da reprodução social, destaca que a produção e a reprodução da força de trabalho, enquanto elemento fundamental do modo de produção capitalista, são feitas dentro da família, ou seja, fora do âmbito da economia formal da produção. Para a autora, a família permite ao trabalhador retornar ao processo de produção mediante a manutenção da sua integralidade pessoal, tanto em relação às necessidades materiais, como comida, leito e proteção, quanto em cuidados psíquicos. A família, nesse sentido, reabastece o mercado de trabalho com novos trabalhadores e acolhe os não trabalhadores, como idosos, doentes e crianças.

Na estruturação das famílias dos catadores entrevistados, além de ser possível observar as leituras de Durham (1980) e Bhattacharya (2017) confluentes à realidade, é evidente a amplitude das redes familiares cujo eixo central é o trabalho da catação enquanto meio de subsistência, resistência e garantia de renda para a reprodução social. Na maioria dos casos, destacam-se os catadores que iniciaram na catação de forma autônoma e informal, geralmente acompanhados pelas famílias, e, com o tempo, investiram em melhores condições para realizar o trabalho, como infraestrutura, um local apropriado, maquinários e a formalização do seu trabalho organizado. Isto é, estão organizados em associações ou cooperativas administradas pelos próprios catadores que possuem o licenciamento para a atuação e, portanto, deixam de catar nas ruas e recebem os resíduos por intermédio da coleta seletiva municipal.

Entre os entrevistados, encontra-se a família de Ruben, a qual é uma das pioneiras na catação de resíduos sólidos na cidade de Caxias do Sul. Segundo os relatos dos entrevistados: o catador Ruben, já falecido, começou a trabalhar com atividades relativas à catação no começo dos anos de 1970, juntamente da catadora Dalva, que iniciou depois. Ela relata que “faz quarenta e poucos anos que a gente luta com isso daí” (Dalva). O trabalho iniciado por Ruben e Dalva resultou em um grupo de catadores não formalizados (Grupo 1).

Dalva ainda atua no Grupo 1 de catadores, do qual fizeram e fazem parte seus três filhos. O segundo deles é pai de dois filhos, e um deles também trabalhou na catação por um tempo considerável: “[...] criei meus filhos, criei vários netos, tanto meus quanto dele [de Ruben], né? Muitos trabalharam comigo também [...]. Depois cada um foi seguindo

sua vida e meu marido foi ficando doente. Daí só sobrou eu, meu filho que faleceu e meu filho, esse mais novo” (Dalva).

A família desses catadores também é composta por filhos extraconjugais que também trabalham com catação. Ruben teve um filho, enteado de Dalva, que hoje trabalha em uma associação iniciada em 1999 e formalizada em 2014, e a outra filha de Dalva, nora de Ruben, que trabalhou também no Grupo 1. Mesmo com alguns membros da família seguindo outros caminhos além da reciclagem, o trabalho familiar continua a ser importante para a última geração da família: “[...] viu a moça que trouxe o café? Minha filha, se criou dentro de reciclagem” (Evandra, catadora e nora de Ruben).

Em uma segunda família à qual pertencem alguns catadores entrevistados, observa-se que a relação de parentesco resultou em três núcleos de reciclagem: duas associações e uma cooperativa. Para a família, o ponto de partida na catação é a entrevistada Ivana e seu irmão, o entrevistado Sílvio: “[...] tudo começou com a mãe e com o tio [Sílvio], foi aí que a gente entrou e até tem um monte de gente de nós que trabalha aqui” (Régis, catador e filho de Ivana); “Daí quando eu fui trabalhar [na Associação 1], daí faz quinze anos, né? Daí depois de mim, que daí entrou meu irmão, foi entrando os outros. Então, eu da família, ali, eu me considero que eu fui a primeira que começou.” (Ivana); “Foi depois que eu comecei que entrou minha família: [irmão, filho, genro] e daí tem aqui, tem mais minhas três filhas” (Ivana).

A entrevistada Ivana é mãe de três mulheres e um homem, sendo este último o entrevistado Régis. Os filhos e a mãe, hoje, fazem parte de uma associação que iniciou em 2005 e foi formalizada em 2011. A terceira filha de Ivana é casada com um homem, o entrevistado Marcelo, genro de Ivana, que trabalha em outra associação iniciada e formalizada no ano de 1998: “[...] minha mulher também trabalha, a minha mulher é cozinheira na [associação em que trabalha Régis], ali no Régis, né, e a gente tá todos praticamente envolvidos, né? Pensando no conjunto” (Marcelo); “Na verdade, é da parte da minha mulher, né?. O Sílvio lá, ele é tio da minha mulher. Aí eu comecei na verdade com ele, né? Fomos indo, fomos indo, ele foi me dando oportunidades no meio do associativismo, enfim, e aí eu aprendi muita coisa lá” (Marcelo).

O entrevistado Sílvio, irmão de Ivana, possui um filho com sua companheira, e os três trabalham em uma cooperativa iniciada e formalizada em 2009. Sílvio reconhece o protagonismo de Ivana na história da família e na sua inserção pessoal na catação, que foi alavancada por Ivana:

[...] eu tinha uma irmã minha [Ivana] que já fazia doze anos que trabalhava com reciclagem, daí eu comentei com ela, a gente começou a trocar ideia e tal, e ela disse: Silvio, tu que é um cara que é bem trabalhador, que não tem preguiça de acordar cedo, esse é um negócio que dá dinheiro (Silvio).

A história de Régis, filho de Ivana, na reciclagem remonta ao desemprego, e o entrevistado reconhece a importância da família nos processos da catação:

[...] no início da crise que teve antes de 2015, aí ficou bem ruim pra arrumar serviço, ninguém contratava, nada. Eu fiquei uns 6, 7 meses sem conseguir trabalhar em lugar nenhum, que os empregos surgiam, eram empregos que as pessoas diziam: não, tu tem experiência em ferramentaria, tu tem estudo e coisa, não dá pra gente te arrumar um emprego de auxiliar de produção, sendo que tu vai ficar um tempo e vai sair. Daí, os que tinham não tinha vaga, daí eu peguei e liguei para o meu tio [Silvio], daí meu tio é o presidente da [Associação 1], daí eu comecei a trabalhar lá (Régis).

Uma terceira família representa duas gerações de catadores: a entrevistada Jane iniciou na catação com o pai, que foi carroceiro, inicialmente, por volta de 1990, mas que hoje não trabalha mais: “Hoje em dia ele não pode mais, então quando ele pode, ele trabalha comigo, quando ele não pode, ele fica em casa [...] ele está com 65, 66 anos, né?” (Jane). O irmão e a irmã de Jane também trabalham com catação, sendo que hoje a irmã de Jane e ela própria participam da mesma associação, criada no começo dos anos 2000 e formalizada em 2014: “[irmã de Jane] nasceu em 95, que é essa minha irmã que trabalha aqui com nós” (Jane); “Tem meu irmão também que é reciclador, que se criou na carroça junto com o pai, né?” (Jane).

O marido de Jane também é catador e iniciou nas atividades de forma integral assim que perdeu o antigo emprego, sendo que antes trabalhava com catação e outra ocupação:

[...] quando ele ficou desempregado, ele até tentou trabalhar em outra metalúrgica, mas daí o salário não competia com o que ele ganhava e daí a situação começou a ficar mais feia, mais preta e daí a gente começou a trabalhar mais com aquilo ali, se empenhar mais. Mas só catando, só catando não tava dando porque daí a gente só tinha a kombi, era difícil, com dois filhos, era mais difícil ainda (Jane).

Para a quarta situação, a família também condiciona a inserção na catação da entrevistada Susana, que conta ser a segunda geração de catadores na família, sendo a primeira composta pelo seu pai, mãe, tios e avó, que trabalharam ao mesmo tempo na catação. Um recorte da entrevista de Susana evidencia que seus irmãos também trabalham com catação: “Aí meus irmãos moram tudo em [outra cidade da região], sabe, e eles querem abrir um negócio para eles, meu irmão e minha irmã que estão vindo de lá para

cá, agora, e me convidaram: "Suzana, vamos trabalhar com nós". Mas é com o que [...]?' 'Com reciclagem!'"

A entrevistada Fátima, pertencente à quinta família, relata que sua família também participa dos processos de trabalho relativos à catação:

[filhos de Fátima] já saíram [da catação]. Eu não vou dizer que um dia eles não voltem, porque eu ensinei eles e eles sabem que isso aqui é um trabalho digno como qualquer outro. Meu filho, por exemplo, faz 6 meses que saiu daqui, mas ele me diz que a ideia não é voltar. A minha filha também trabalhou aqui e ainda ela faz as coisas para nós aqui. [...] (Fátima).

O último caso evidencia uma exceção em relação às famílias de até então: diferente dos outros, o catador Vicente não vem de uma família de catadores, ele é o primeiro a trabalhar com catação na família, e sua inserção inicia no momento em que passa a trabalhar com transporte para reciclagens: "[...] eu comecei a transportar para as reciclagens, né? E aí acabou conhecendo o pessoal, e tinha um pessoal assim bem amigo meu e acabou me ajudando, com prensa e coisa. Aí reuni o pessoal, montamos a associação e tamo até hoje" (Vicente). No entanto, após isso, sua família também se inseriu nas atividades: "[...] pai e mãe também e minha esposa trabalha também, agora ela tá de licença por causa do guri que é pequeno. [Com a reciclagem começaram] junto comigo. Tão comigo até hoje, graças a Deus" (Vicente).

É evidente, considerando os relatos dos entrevistados, que as famílias dos catadores de materiais recicláveis configuram-se em redes, posto que as relações entre parentes não são limitadas ao âmbito doméstico, elas ultrapassam a ideia de família nuclear ou conjugal, formada por um casal e filhos: "[...] a maioria do pessoal aqui, todo mundo é família, sabe, tem várias pessoas que têm parentes dentro e tudo mais. Então, assim, é uma coisa que meio que vai passando de geração em geração, as pessoas vão gostando disso dali" (Régis).

A sobrevivência da família afligida pela exponenciação das expressões da questão social que marcam os tempos atuais depende dos recursos materiais, dos laços de solidariedade e da virtude moral conferida pelos familiares, como explica Telles (2013). É por meio do esforço coletivo dos membros da família que se gesta a sobrevivência cotidiana, que se constroem sentidos de dignidade e um espaço de criação de identidade e sociabilidade que pode vir a atenuar a realidade da pobreza (TELLES, 2013).

A insegurança à qual essas famílias são submetidas é o que marca a definição do modo de ser dessas famílias. Segundo Telles (2013), as estratégias que criam para a sobrevivência não são fortes o suficiente para dar conta de fatos como desemprego,

invalidez, morte ou doença dos principais responsáveis pela renda do grupo. A pobreza é o horizonte dessas famílias, e lá se encontram as normas que ditam a maneira como dão andamento à sua sociabilidade e constroem novas alternativas para sobreviver, como afirma a autora. Ainda, Telles (1992) aponta que, com o empreendimento coletivo da família para superar as dificuldades advindas das privações às quais estão submetidas, os arranjos familiares tendem a ser bastante frágeis quando inscritos nessas circunstâncias devido à iminente ameaça da pauperização.

Para Sarti (2010), a estrutura das famílias em situação de vulnerabilidade social corresponde às obrigações recíprocas socialmente criadas, estendidas para além das determinações genealógicas. O elo entre os familiares parte de um vínculo criado pela ajuda mútua diante do desamparo e da pobreza social, principalmente em momentos de crise em que se agravam as dificuldades e o atendimento a direitos é retraído por parte do Estado. Conforme Gueiros (2002), a estruturação dessas famílias por meio de leis de obrigação moral é o que garante as condições mínimas para a reprodução social, demonstrando a sobreposição do vínculo de obrigações para a sobrevivência sobre os laços de sangue, principalmente a medida que o Estado recua no enfrentamento das expressões da questão social, ainda mais em relação a segmentos específicos, como crianças, adolescentes e idosos.

Essas famílias, como também explica González de la Rocha (2005), indicam a criação e implementação de mecanismos para garantir a reprodução social e a sua própria sobrevivência, de modo a assumir um caráter amortecedor dos impactos dos momentos de retração na economia, em que os salários diminuem, empregos são encerrados, e oportunidades de trabalho se tornam escassas, bem como diante do adoecimento. Junto a isso, a catação, enquanto ocupação, pode vir a ser utilizada pelos trabalhadores, para além da manutenção das necessidades materiais e imateriais, como uma esQUIVA à estigmatização do trabalhador desempregado naturalizada nesta sociedade (TELLES, 1992). Mesmo na informalidade e com a precariedade das atividades que exercem para garantia dos mínimos necessários à sobrevivência, alguns catadores sentem-se de certa forma legitimados socialmente ao contraporem-se àquela imagem do trabalhador desempregado a medida que encontram no manuseio dos resíduos sólidos um trabalho com renda. Essas estratégias constituídas pelas famílias, no entanto, não são satisfatórias o suficiente para garantirem e estabilizarem as condições de vida ao considerar-se a fragilidade dos trabalhos remunerados atualmente e outras dificuldades impostas pela

pobreza. Elas tão somente atenuam o vilipêndio estatal diante das condições de miserabilidade.

A insuficiência de serviços de educação infantil providos pelo Estado brasileiro, por exemplo, impacta diretamente no trabalho das catadoras mulheres, ao levar-se em conta que a manutenção da família e a realização das atividades de reprodução social são incumbidas, geralmente, às mulheres, dentre elas avós, tias, mães “crecheiras”, a irmã mais velha ou outra mulher da rede de parentesco, que se dividem entre esse trabalho doméstico e o trabalho remunerado. Em pesquisa qualitativa com catadores, Cherfem (2016) afirma que, além dos problemas recém postos, muitas catadoras não possuem companheiros com quem dividir o trabalho realizado em âmbito doméstico. Esse aspecto pode refletir na partilha, ou seja, na divisão entre os trabalhadores do valor auferido pela venda dos resíduos sólidos triados. Assim, sendo a mulher protagonista do cuidado às crianças, a falta de serviços de educação infantil, bem como de serviços de fortalecimento de vínculos no contraturno da escola, especialmente para crianças que já estão na educação básica, implica a necessidade de dispor do tempo de trabalho para as responsabilidades com filhos, netos ou outras crianças sob seus cuidados: “[...] aí tô cuidando do meu sapequinha ali, que tá com oito meses. A mãe dele tem depressão, eu que cuido” (G). Dessa forma, ocupar-se com o cuidado pode, muitas vezes, resultar em um menor tempo de trabalho e, conseqüentemente, um menor valor na partilha.

Em estudo realizado por Camardelo, Stedile e Oliveira (2016), no qual foi realizada uma caracterização sociodemográfica de catadores associados e não associados de Caxias do Sul, demonstrou-se que, entre catadores formalmente organizados, totalizando 111 à época da pesquisa, 23,4% (26) habitavam domicílios com três pessoas; 22,5% (25), com cinco pessoas; e 19,8% (22) com quatro pessoas. Estes foram os maiores índices no que tange à distribuição do número de pessoas em cada residência. Quanto à distribuição da configuração familiar entre os associados que não residem individualmente, 28,1% são crianças e 16,7% são adolescentes (CAMARDELO, STEDILE, OLIVEIRA, 2016).

Deve-se atentar à alta rotatividade de trabalhadores dentro das associações, o que implica, provavelmente, números diferentes hoje. Esses dados evidenciam uma configuração familiar não numerosa nas famílias dos catadores. Entretanto, tanto nas famílias com crianças quanto na história dos catadores hoje adultos, as condições materiais de sobrevivência desses trabalhadores acarretam especificidades na relação entre crianças e adolescentes e o trabalho precoce.

Em grande parte, como mostram os resultados deste trabalho e também da pesquisa de Magalhães (2016) e Almeida *et al.* (2016), os catadores utilizam o espaço disponível em suas residências para acumular os materiais recicláveis até se obter uma quantidade significativa para a venda. Nota-se essa característica nos relatos de Evandra e Susana, respectivamente: “não era uma associação ainda, era uma... mais a nossa de fundo de quintal sempre” e “minha família começou catando na rua com carrinho, na época era carroça na verdade; então a gente catava e fazia toda parte da reciclagem na própria residência”. No contexto em que o ambiente de moradia torna-se um local de trabalho, e também levando em conta a vulnerabilidade social na qual está inserida grande parte das famílias de catadores, o núcleo familiar comumente mobiliza-se para aumentar sua renda a partir da intensificação do uso da força de trabalho de seus integrantes, tanto para criar ou adentrar à novas ocupações com contratos de trabalho atípicos quanto ao introduzir crianças e adolescentes no mercado de trabalho informal (GONZÁLES DE LA ROCHA, 2005). Nos relatos dos catadores entrevistados, ao referenciarem o passado, surgiram menções ao trabalho infantojuvenil:

No meu entendimento, trabalho não era trabalho, era uma brincadeira [...] nós tinha até nossas próprias ferramentas que o pai e a mãe construíam, davam pra gente. Então brincava de trabalhar (Carlos).

[...] eu tenho um [filho] de 26 anos que tá trabalhando na reciclagem, desde que eu comecei ele tinha onze anos (Sílvio).

[...] desde os sete anos para cá eu vim aprendendo como é o trabalho e o processo da reciclagem, né? (Susana).

[...] ali quando eu peguei uma idade de onze, doze anos eu já ajudava o pai. O pai sempre viveu disso, ele trabalhou algum tempo em firma, mas era um tempo difícil de conseguir creche, não tinha esse suporte todo que hoje o Município dá para tu conseguir uma creche [...] Naquele tempo, não tinha esse tipo de coisa, então o pai saiu da firma, fichado, para cuidar dos irmão, para cuidar dos meus irmãos em casa (Jane).

Em outro recorte da entrevista com o catador Régis, o trabalho infantil se evidencia, hoje, por meio da catação clandestina. Essa modalidade é realizada por grupos de catadores não associados formalmente, de outras cidades ou não, que utilizam caminhões para coletar os resíduos antes do sistema de coleta municipal para garantir uma maior recolha e qualidade de materiais. O entrevistado em questão denuncia: “[...] esses caminhão com placas de outros carros, que nem poderiam tá trabalhando, com um monte de gente pendurada, até criança trabalhando em cima dos caminhão”. Atualmente, no entanto, dentro das associações formalizadas de Caxias do Sul que participaram das entrevistas para o projeto ao qual vincula-se esta pesquisa não existem crianças

trabalhando, e um dos motivos é o acompanhamento socioassistencial e técnico realizado pelo poder público, a fim de, dentre outros objetivos, identificar tais situações e remediá-las.

Nos casos em que crianças acompanham o trabalho dos pais ou responsáveis, seja brincando em meio aos resíduos sólidos devido à falta de outras alternativas de cuidado fora do meio de trabalho, seja propriamente participando dos processos de trabalho, como pode ocorrer na catação clandestina, é comum vislumbrar a culpabilização da família trabalhadora responsável por tais crianças, que, por vontade própria e para utilizar o trabalho não remunerado de filhos, netos ou outras crianças, insere-as no trabalho precário da catação. Entretanto, a exploração de crianças e adolescentes mediante a sua inserção em processos produtivos de trabalho tem, em suas raízes, o modelo de produção capitalista, espelhado na dinâmica das famílias criadoras de estratégias de sobrevivência em circunstâncias de vulnerabilidade, que vivenciam a ausência de direitos; a privação material, expressão da ausência de poder de compra devido aos baixos ou inexistentes salários; e a falta de políticas públicas sociais que apontem para além dos mínimos para a sobrevivência. Em outras palavras, como explica Telles (2013), são famílias que vivenciam condições que as condicionam a transformar qualquer corpo vivo, desde crianças até idosos, em pessoas aptas ao trabalho visando ao aumento da renda coletiva.

Na leitura de Cervini e Burger (1991), reiterada posteriormente por Custódio (2008) e Alberto *et al.* (2010), dentre outros fatores, duas razões conduzem à exploração da mão de obra de crianças e adolescentes: a pobreza e a estrutura do mercado. Quanto à primeira, os autores referem-se à necessidade de aumentar a renda por meio das estratégias de sobrevivência mencionadas anteriormente. Em famílias de baixa renda, o valor monetário arrecadado costuma ser a única fonte de renda familiar, e, por isso, é dividida entre as necessidades de todos os familiares e não voltada para o gasto individual. Dessa forma, um maior número de pessoas trabalhando ou participando do trabalho familiar para aumentar a produtividade é um recurso para o aumento dessa renda compartilhada, e a movimentação do trabalho infantojuvenil é a expressão disso, mesmo que, nesse caso, o valor agregado com o trabalho de crianças e adolescentes não seja quantitativamente substancial a ponto de alterar as condições materiais de sobrevivência familiar.

Sobre a segunda razão apontada pelas autoras, se crianças e adolescentes trabalham, significa que existe espaço para a alocação dessa mão de obra dentro da estrutura do mercado. No caso dos catadores, por muito tempo, o trabalho foi e, para

alguns, ainda é, um trabalho informal, devido ao fato de que alguns grupos, embora organizados, não conseguiram constituir-se formalmente e encontram-se distantes da intervenção do poder público. Nesse sentido, é comum a participação de crianças acompanhando e participando do trabalho de adultos, como foi trazido pelos catadores durante as entrevistas. Isso se deve, também, ao fato de que a morfologia da população, e conseqüentemente das famílias, no modo de produção capitalista passa a ser determinada pelo movimento do capital, a fim de se adequar às suas exigências de intensificação e ampliação do acúmulo de capital (ALVES, 2013). Pode-se perceber, portanto, que o trabalho infantil dos catadores não se trata de uma anomalia, mas sim de uma necessidade imposta pela própria sociedade capitalista.

Quando catadores pais, mães ou responsáveis por crianças foram questionados se gostariam de ver seus descendentes trabalharem na catação, a maioria deles expressaram o desejo de romper com a catação enquanto herança familiar: “[...] eu, pessoalmente, [não quero] nada disso pros meus filhos [...] porque, como eu te disse, além de ser cansativo, de ter tudo isso, o financeiro não ajuda” (Evandra); “[...] não! de forma alguma, porque a gente não tá por opção, a gente tá por necessidade” (Vicente). Além dos pais, segundo os relatos, os filhos também demonstram a intenção de não serem catadores: “[...] então, ela [filha da entrevistada Fátima] não deixa de estar ligada aqui, mas, assim, ela sempre disse ‘mãe, o dia que eu sair, eu não quero mais voltar’” (Fátima) e “[...] minha filha já foi estudando [...], mas depois de muitos anos. Ajudou muito [...]. Ela foi trabalhar e disse ‘eu vou fazer um curso de cabeleireira, mãe’” (Dalva).

É possível observar, dentre as falas das pessoas entrevistadas, a consciência crítica sobre a exploração vivida e o desejo de rompê-la expresso na negação da transmissão da catação enquanto trabalho familiar para os descendentes dos catadores. Há uma intenção de romper com aquilo que foi vivido ou é vivenciado pelas pessoas que cuidam e se responsabilizam por crianças e jovens, seja por se tratar de um foco de sofrimento seja por querer que os descendentes tenham uma vida melhor, com diferentes condições asseguradas por um trabalho com uma maior renda e direitos trabalhistas acessados; portanto, o desejo é uma melhor posição no mercado de trabalho. A transmissão geracional se dá, então, com base em uma experiência de sofrimento, negação de direitos e fundamentada nas dimensões da vida social afetadas pela pobreza.

Contudo, Mézáros ressalta que, quando a família consegue acessar às gerações novas visões alternativas de sociedade, “o espírito da rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação” constitui “uma completa infâmia do ponto de vista

do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 266). Assim, no trabalho socioassistencial com famílias, segundo Horst (2018), é indispensável propor o rompimento com a moral capitalista e inculcar novos valores para gerações futuras.

Deve-se notar que a análise das famílias aqui exposta não compreende toda e qualquer dinâmica intrafamiliar de catadores de resíduos sólidos urbanos. A passagem do trabalho nas ruas para o trabalho associado, sem precisar catar os materiais com que se trabalha, já qualifica um salto substancial na vida de qualquer catador, e isto implica em mudanças nas relações familiares. Além disso, esta pesquisa não abarca a magnitude dos atravessamentos de gênero entre o trabalho e a família dos catadores – atravessamentos necessários para compreender a divisão sexual do trabalho dentro das associações, bem como no âmbito domiciliar em relação à reprodução social realizada majoritariamente pelas mulheres –, temática fundamental a ser explorada nas pesquisas que se seguirão.

#### **4. Considerações Finais**

A vulnerabilidade social na qual estão inseridas as treze famílias de catadores de resíduos de Caxias do Sul/RS aqui analisadas e, conseqüentemente, o trabalho com a catação são os dois principais vetores para a estruturação e configuração das famílias deste grupo social. Quando a catação está estruturada a partir de tais vínculos e é tanto determinada quanto determinante das relações dos grupos familiares, ela desenvolve-se como um ofício caseiro e transgeracional, pois as mesmas condições que pressionam os trabalhadores à cata de materiais para sobrevivência são condições históricas que não são rompidas por avanços no reconhecimento do trabalho do catador ou nas tentativas de inclusão promovidas por projetos e programas municipais.

A partir da análise sobre a amostra das entrevistas com catadores analisadas neste trabalho, é possível afirmar que a catação se torna um ofício familiar para garantir condições mínimas de subsistência e passa a ser reproduzida pelos membros da unidade domiciliar à medida que se apresenta como a oportunidade mais acessível de contribuir para a renda do coletivo. Dessa forma, a catação não se configura como uma curva ascendente na vida desses trabalhadores, mas sim como um recurso para a sobrevivência. Articular a catação como estratégia para sobreviver é ainda mais comum em momentos em que o Estado recua nas tentativas de enfrentar as expressões da questão social, visto que a família tende a mobilizar-se para atender às necessidades básicas.

## **INHERITANCE OF WASTE PICKING: A STUDY ON FAMILIES OF SOLID WASTE PICKERS FROM CAXIAS DO SUL/RS**

### **Abstract**

The objective of this work is to identify possible expressions of reproduction of capitalist relations in the families of waste pickers of recyclable materials. Semi-structured interviews with thirteen associated waste pickers from the municipality of Caxias do Sul/RS were analyzed. Their results indicate that the dynamics of the waste picker family is conditioned by the work it performs, due to the morphology of the population under pressure, to adapt to the movement of capital. In the case of waste pickers, it is the collection, as a precarious work, that weaves the connection between the past, present and future generations, first as inheritance and then as denial. It was evidenced that most of the waste pickers of past generations started in the collection with their families when they were children, configuring child labor. For future generations, the intention to break with the collection, seen as an inheritance prevailed, evidence not only a discontent with work, but the desire to overcome the collection from the part of the descendants.

**Keywords:** Family. Waste Pickers. Child Labor.

## **HERENCIA DEL RECICLAJE: UN ESTUDIO SOBRE FAMILIAS DE CLASIFICADORES DE RESIDUOS EN CAXIAS DO SUL/RS**

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo es identificar posibles expresiones de reproducción de las relaciones capitalistas en las familias de clasificadores de materiales reciclables. Para su realización, fueron analizadas entrevistas semiestructuradas con trece clasificadores asociados del municipio de Caxias do Sul/RS. Sus resultados indican que la dinámica de la familia de los clasificadores está condicionada por el trabajo que ésta desempeña, debido a la morfología de la población, que sufre presiones para adecuarse al movimiento del capital. En el caso de los clasificadores, es la clasificación, como trabajo precario, que teje la conexión entre la generación pasada, la presente y la futura, siendo, en un primer momento, como herencia y después, como negación. Quedó en evidencia que gran parte de los clasificadores de las generaciones pasadas inició en la clasificación junto a sus familiares, cuando aún eran niños, lo que configura trabajo infantil. En cuanto a las generaciones futuras, predominó la intención de interrumpir la clasificación recibida como herencia, evidenciando no solamente descontentamiento con el trabajo, sino el deseo de superación por parte de sus descendientes.

**Palabras clave:** Familia. Clasificadores de Residuos. Trabajo Infantil.

## Referências

- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim da; SOUZA, Gabriel Pereira de; NUNES, Taiana da Silva. O trabalho infantil na rua. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 59-71, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25738>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- ALMEIDA, Érica T. Vieira de et al. Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do Lixão da Codin. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira. **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 293-308. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27461](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27461). Acesso em: 03 ago. 2021.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru, SP: Canal 6, 2013.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression**. Londres: Pluto Press, 2013.
- CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech, (Org.). **Catadores e catadoras de resíduos: prestadores de serviços fundamentais à conservação do meio ambiente**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.
- CERVINI, Ruben; BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 17-46.
- CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira. **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 47-74. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27461](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27461). Acesso em: 03 ago. 2021.
- CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação**. 2006. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91086>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A família operária: consciência e ideologia. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 201-213, 1980. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=23-2>. Acesso em 16 fev. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. “Famílias y política social en México: el caso de Oportunidades”. IN: ARRIAGADA, Irma (ed.). **Políticas Hacia las Familias, Protección e Inclusión Sociales**, 46. ed., Santiago: CEPAL, 2005. p. 245-274. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/6818>. Acesso em: 12 fev. 2021.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, p. 103-121, set. 2002.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Revisitando a família no cenário da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, p. 89-127, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2500>. Acesso em: 16 fev. 2021.

HORST, Claudio Henrique Miranda. **Família, marxismo e serviço social: desvendando o invólucro místico**. 2018. 217 f. Tese (Doutorado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205296>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira?. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira. **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 123-150. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27461](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27461). Acesso em: 03 ago. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amélia Faller (org.). **Família: rede, laços, políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-36.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, p. 9-15, set. 2002.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, 4(1-2): 53-93, 1992.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2016.

### **Sobre os Autores:**

#### **Ana Maria Paim Camardelo**

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Coordenadora e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Públicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul-UCS. É professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Direito da UCS.

#### **Lucas Knerek de Bitencourt**

Graduando em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista PIBIC/CNPq no Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Públicas e Sociais.

Recebido em: 30.05.2022

Aprovado em: 19.04.2023